

Secretário dos Assuntos Sociais defende parceria com o Governo da República

Cooperação para promover a igualdade

Realizou-se ontem o seminário "A Rota da Igualdade na Madeira". Na ocasião, o secretário dos Assuntos Sociais mostrou o interesse do Governo Regional em trabalhar em parceria com o Governo da República na promoção da igualdade de oportunidades. A secretária de Estado da Igualdade comunga da importância da cooperação.

Texto: Ricardo Caldeira
Fotos: Elvio Fernandes



● Seminário "A Rota da Igualdade na Madeira" decorreu no auditório do Centro de Segurança Social.

● O secretário regional dos Assuntos Sociais manifestou, ontem, o interesse do Governo Regional em trabalhar em parceria com o Governo da República no sentido da promoção da igualdade de oportunidades e no combate à discriminação.

Na abertura do seminário "A Rota da Igualdade na Madeira", que contou também com a presença do secretário regional dos Recursos Humanos e da secretária de Estado da Igualdade, Jardim Ramos afirmou que as manifestações da desigualdade histórica das relações de poder entre géneros têm ainda consequências graves sobretudo nas mulheres e nas crianças e referiu que «muita legislação tem sido produzida», mas que a mesma «tem de sair do papel» e «tem de traduzir-se em acções, quer das instituições públicas, como também da sociedade civil».

Nesse sentido, afirmou que a "rota da igualdade" é «mais uma oportunidade para se continuar o trabalho para se conseguir a igualdade de direitos e deveres entre todos os cidadãos». Além disso, sustentou que é uma oportunidade para a partilha de experiências, projectos e acções entre os Execu-

tivos Regional e da República.

«Da nossa parte, fica afirmado o nosso interesse em desenvolver trabalho em parceria com a Secretaria de Estado para a Igualdade», disse o governante, afirmando-se convicto de que «cada parcela do País não pode trabalhar de forma isolada e de costas voltadas». Como tal, sublinhou que «temos de trabalhar como uma nação, mas no quadro do respeito pelas especificidades de cada uma das suas regiões». Por esse motivo, Jardim Ramos disse esperar que aquele encontro seja «o fermento para novas iniciativas em cooperação com as instituições nacionais».

Desta ideia comungou a secretária de Estado, que frisou que o Plano Regional para a Igualdade de Oportunidades e o plano do Governo da República de promoção da igualdade de género e de oportu-

nidades «serão seguramente estratégias políticas que nos permitirão construir uma sociedade mais justa e uma sociedade sem exclusão, onde os recursos humanos de todas as pessoas e homens e mulheres possam ser aproveitados no sentido da construção de um bem comum e de uma nação à qual nos orgulhamos de pertencer». Elza Pais sublinhou que só em conjunto «conseguiremos construir um Portugal mais justo e coeso».

A responsável adiantou ainda que no Continente, até 2013, serão investidos 83 milhões de euros nesta área e apontou alguns projectos que estão a ser desenvolvidos e que também poderão ser adoptados pela Madeira. Segundo disse, foram acabados de lançar os guiões para a cidadania, «que poderão ser trabalhados por todas as escolas do País no sentido de se

ajudar a construir esta educação para a cidadania», em que os jovens integrem a dimensão do género desde pequenos, «aprendam a relacionar-se com o outro, sendo homem ou mulher, de uma forma mais responsável, no sentido de eles próprios evitem atitudes sexistas que em nada são boas para o desenvolvimento saudável dos jovens de todo o mundo». A responsável disse que os guiões já estão disponíveis e que se o Governo Regional o entender, podem ser adoptados.

Perante a actual conjuntura, Elza Pais afirmou também que promover a igualdade de oportunidades «poderá ser uma estratégia absolutamente fundamental de combate à crise que neste momento os cidadãos do mundo inteiro estão a viver». ■

rcaldeira@jornaldamadeira.pt

Acréscimo de pedidos de ajuda

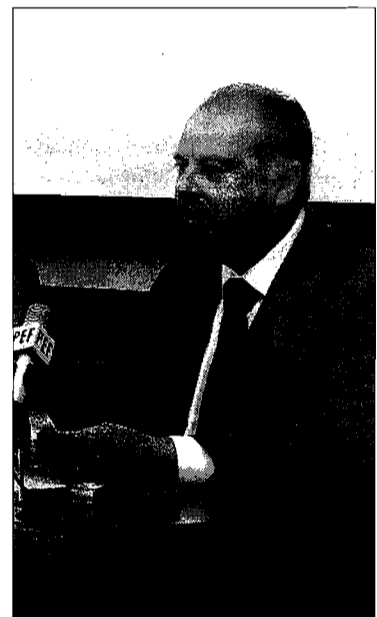
A coordenadora do Plano Regional Contra a Violência Doméstica e elemento da Equipa de Apoio às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, da Segurança Social, revelou que não existem dados que permitam dizer que a violência doméstica tenha piorado.

No entanto, afirmou que, fruto de várias políticas, da sensibilização e da informação, tem havido um acréscimo de pedidos de ajuda. Teresa Carvalho sustentou que a violência existe, até porque a maior parte dos actos que são denunciados e que dão origem a pedidos de ajuda têm, muitas vezes «30, 20, 17 anos de existência».

No entender desta responsável, «estamos a viver um momento histórico em que ela (violência doméstica) deixa de ser tão permitida como era».

RC

Centros de Saúde com urgências nos mesmos moldes



O secretário regional dos Assuntos Sociais garantiu que os centros de saúde com serviço de urgência vão continuar a funcionar nos mesmos moldes que até agora.

Abordado pelos jornalistas a propósito da política a seguir de futuro relativamente às urgências dos centros de saúde, Jardim Ramos assegurou que «a política está definida, está no terreno» e «é para continuar a funcionar os centros de saúde nos mesmos moldes que têm vindo a funcionar», com as urgências também. Instado sobre a divergência de opinião com a direcção clínica do Hospital, o governante disse «não há divergência, há opiniões» e que a opinião de Miguel Ferreira já havia sido apontada por outros gestores. Mas, frisou, «a decisão política foi sempre a de se manter em funcionamento os centros de saúde com as urgências a funcionar nos mesmos moldes que têm vindo a funcionar. E assim continuarão a funcionar conforme têm funcionado».

Visa reforçar as políticas de igualdade de oportunidades, afirmou Brazão de Castro

Segundo Plano Regional está em vigor

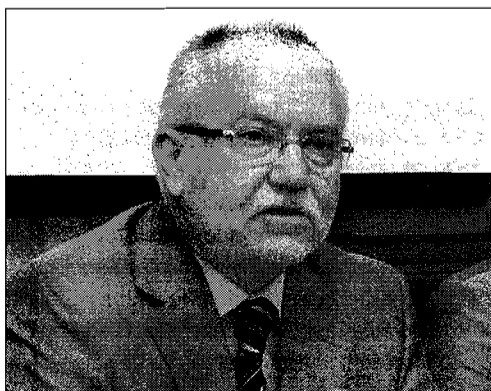
Presente no seminário "A Rota da Igualdade na Madeira", o secretário dos Recursos Humanos lembrou que está em vigor o segundo Plano Regional para a Igualdade de Oportunidades.

Brazão de Castro disse que a elaboração do primeiro Plano Regional para a Igualdade de Oportunidades, que vigorou até 2006, constituiu um importante marco na promoção e reconhecimento de direitos entre homens e mulheres e adiantou que o segundo plano, para o triénio 2008 - 2011, em vigor, dá continuidade ao trabalho iniciado pelo primeiro e expressa as preocupações do programa do Governo Regional nesta matéria. Segundo afirmou, o

referido plano articula-se em vários programas, designadamente a transversalidade de género na administração pública regional e local, o fomento da igualdade no trabalho e no emprego, a promoção da qualidade de vida, promoção da cidadania e da inclusão social e a promoção de valores e atitudes igualitárias no conhecimento e na cultura e acompanhamento e avaliação.

Na adopção do Plano, Brazão de Castro referiu que «pretendeu-se reforçar as políticas de igualdade de oportunidades em todos os domínios e áreas de actividade, para que este princípio seja assumido sempre e cada vez mais como elemento de cidadania».

Ricardo Caldeira



● Brazão de Castro marcou presença no seminário.